



x Simpósio Linguagens e Identidades da/na Amazônia Sul-Occidental
VIII Colóquio Internacional “As Amazônias, as Áfricas e as Áfricas na Pan-Amazônia”

ENCHENTE NO RIO MADEIRA EM 2014 – OS PROCESSOS SOCIAIS SOB UM EVENTO EXTREMO

João Cesar Silveira da Costa¹
Pedro Abib Hecktheuer²

1 INTRODUÇÃO

O ser humano é um ente que se mostra na sociedade com duas naturezas – uma, animal, e outra, social. A primeira natureza evidencia-se pelo que faz em prol da manutenção da vida do seu próprio corpo; a segunda se sobressai na intervenção que faz no âmbito social em que está por conta de sua condição gregária. Por isso é próprio desse ser a interação ecológica e a interação social. Para sustentação vital interage com o meio, para sustentação como indivíduo interage com o social.

Cada indivíduo é um ente singular e, em relação a sua ambiência, adota crença, elege valores e elabora ideologia. Portanto, cada um é sujeito dos processos sociais na comunidade e, também, objeto sobre quem recaem as consequências desses processos. Ações humanas, enquanto propósito, ocorrem no limite do indivíduo, mas uma vez concretizadas extrapolam e se tornam objeto da sociologia porque se tornaram coletivas, sociais.

Os seres humanos se buscam para atender à necessidade individual e essencial que possuem. Pela interação se associarão e os processos sociais acontecerão engendrando um conjunto de mudanças. Arregimentados, determinam mudanças sociais, porque o enredamento das ações costuradas pelos pontos comuns originam processos com massa, gestão e propósito próprio. Dessa

¹ Graduado em Ciências Sociais pela Fundação Universidade Federal de Rondônia - UNIR e Pós-Graduando do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Metodologia do Ensino Superior da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: joacesar.sc@gmail.com

² Professor do Curso de Direito e do Curso de Metodologia do Ensino Superior da Pós-Graduação *lato sensu* da Faculdade Católica de Rondônia. E-mail: pedro_abib@hotmail.com

configuração deduz-se a organicidade que age no social, acima do individual, mas produzindo consequências que incidirão no individual em tempo futuro, mediante as ações coercitivas da sociedade.

Dos motivos determinadores das ações do indivíduo singular há os que derivam de si, como há os que vêm do ambiente. O corpo tem água na sua massa e, igualmente, o habitat humano, Ambos em aproximadamente três quartos do total. Isso contribui para explicar a necessidade humana por água – “substância fundamental para os ecossistemas da natureza” – (CARVALHO, MELLO e SILVA – 2007, p. 3), além de dar sentido à procura por mares, rios, lagos e fontes, observado nas comunidades humanas ao longo de sua história, para se estabelecerem.

A água serve como base estruturante para todas as atividades da vida. Para tanto, sua disponibilidade e acesso são preocupações contínuas da sociedade, visto que as diversificações dos usos múltiplos, conjuntamente ao desenvolvimento econômico e social, têm demandado cada vez mais formas de apropriação deste recurso. (ARAÚJO & ROCHA, 2010, p. 97).

Contudo, é oportuno acrescentar que essa proximidade obriga os seres humanos a uma convivência mutual com o meio hídrico, pois a sorte dos homens, que influi na sorte das águas, recebe a influência delas no fechamento do ciclo.

O ser humano socializado por interação gera mudança social pelos processos sociais e impacta o ambiente. Destacando aqui o meio hidrológico, cenário parcial de nosso estudo, é igualmente importante lembrar que, natural e propriamente, o ambiente registra o impacto, processa-o, altera-se e impacta o ciclo mais amplo no qual se insere. Desenvolve-se, assim, uma sucessão de alterações percorrendo todo o ciclo hidrológico e, ao passar de novo pelo mesmo ponto, impinge-lhe a resultante de todas as alterações ocorridas. É assim então que a ação antrópica que desmata, escava, dinamita e represa demandando conforto, finda por causar, em considerável parte, o próprio desconforto como, por exemplo, um evento extremo.

Para compreender o fenômeno representado pela enchente no Rio Madeira em 2014, que foi catalogado como um Evento Extremo, há que se considerar todas as ações que afetaram o rio nos últimos anos para determinar se o fenômeno não indicará uma alteração permanente do regime do rio. Porque, se assim o for, tratar-se-á de alteração conjuntural e não de um evento esporádico. Em

caso de alteração será necessário fazer novo mapeamento das áreas afetadas, para que os habitantes destas áreas se adequem às novas condições, se reorganizem, conforme a nova conjuntura.

A conjuntura da cheia de 2013 e 2014, no rio Madeira, apresenta o fundo geográfico do mesmo rio, dos mesmos igarapés tributários, do mesmo entorno, mas com um avanço nunca visto da água, pelo menos nunca visto nos últimos cem anos. Esse avanço fez atingir quem não fora atingido, ampliou a abrangência das relações entre os de mesma classe social, aumentou o elenco dos personagens em interação por força da cheia anual. Os novos integrantes do concerto tiveram de se aliar a pessoas que, embora vizinhos no espaço, pertenciam a classes diferentes – a dos que eram anualmente afetados pela enchente e os que não o eram. Elementos de classes sociais diferentes se misturaram. Alguns que, antes, alugavam cômodos na época da cheia, necessitaram de buscar cômodos para alugar e se viram imersos na faina que antes assistiam – a de correr para salvar os bens. O avanço extraordinário das águas na cheia no Rio Madeira em 2014 obrigou que houvesse uma revisão de continente e de conteúdo das classes sociais dentro da área inundada.

Rondônia não difere dos centros nos quais se deram os fatos dos quais se produziram tudo que dissemos acima. Portanto, essas ocorrências gerais apresentadas até aqui puderam ser vistas, de forma particularizada em Rondônia, durante o período do final de 2013 e os primeiros dias do ano de 2014. Vale ressaltar que estes fenômenos meteorológicos sempre foram percebidos, apesar da acentuação vivida nos últimos anos, como pode ser verificado a seguir:

Esses fenômenos meteorológicos não são novidade. Através dos séculos, a humanidade desenvolveu uma boa percepção da frequência dos eventos climáticos extremos e das localizações geográficas onde eles têm mais probabilidade de ocorrer. Mas isso está mudando. Como resultado das mudanças climáticas provocada pelo homem, a frequência dos eventos climáticos extremos aumentou, tanto em termos de quantidade quanto de intensidade. Isso passou a ser observado de modo mais nítido a partir da segunda metade do século 20. No Brasil, ocorreram diversos eventos extremos nos últimos anos. (MARENGO et al, 2008, p. 5.)

Tangidos pela necessidade de água, os rondonienses associaram seus destinos ao do Rio Madeira. Os rondonienses agiram ao longo de décadas dragando seu leito em busca de ouro, desmatando suas margens, desviando seu curso, tudo

de forma sequencial e cumulativa, perfigurando uma ação antrópica de largo espectro e de alcance inestimado.

Então, os rondonienses tiveram oportunidade de ver a ação mutual do rio. Dragagem, desmatamento, desvio, trouxeram riquezas contadas e outras jamais quantificadas. Contudo, a alteração mais recente – as hidrelétricas – constituiu-se na gota d'água que transbordou o copo: a enchente de 2013 e 2014 no Madeira.

Todas as localidades de Rondônia ao longo do Rio Madeira a montante de Porto Velho – Abunã, Caldeirão, Caracol, Guajará-Mirim, Jaci-Paraná, Jirau, Misericórdia, Mutum-Paraná, Nova Mamoré, Palmeiral, Pederneira, Periquitos, Teotônio e Vila Murtinho –, foram duramente afetadas pelo volume alcançado pelas águas. Da mesma forma, Belmonte, Aliança, São Carlos, Nazaré, Terra-caída, Cavalcante e outras localidades a jusante de Porto Velho até a localidade de Calama, foram igualmente atingidas por esta enchente.

A proposição geral inicial de nossa pesquisa objetivava conhecer a influência dos eventos extremos sobre os processos sociais realizados pelo agente público e sobre os processos realizados pela própria população afetada. E ainda buscava levantar especificamente a extensão dos danos materiais; obter informações desde a população afetada e os órgãos públicos sobre as ações desenvolvidas nas cheias recentes; verificar a interligação entre os órgãos de monitoramento e controle do Rio Madeira, seu protocolo, hierarquização e a produção de relatórios; elencar, caracterizar e comparar as ações realizadas pelos órgãos públicos e outras ações de iniciativa popular; contribuir, por fim, com uma reflexão sociológica do evento extremo acontecido no rio Madeira em 2014.

A metodologia definida para esta pesquisa social foi a do resumo de assunto, descritiva, bibliográfica/documental incluindo a coleta de dados efetuada em campo. Contudo, o parco recurso disponível, limitou-nos à pesquisa bibliográfica e documental, adicionada da agregação dos dados obtidos em campo sobre setenta e seis famílias, que é parte de um levantamento socioeconômico feito pela Arquidiocese de Porto Velho após a enchente de 2014, em sua Área missionária do Baixo Madeira. O levantamento foi feito, particularmente, nos distritos de Porto Velho e de Calama, nas localidades de Terra-Caída, Cavalcante e São Carlos.

Concluimos aqui, neste particular, que a limitação do ferramental metodológico não implicou em perda de objetividade da pesquisa, porque a farta documentação disponível sobre a matéria, somada às informações do levantamento socioeconômico da Arquidiocese de Porto Velho, constituíram elementos suficientes para compensar algum desequilíbrio havido.

2 METODOLOGIA

Investigando os registros a respeito do assunto, constatamos que a afetação maior foi sobre a população ribeirinha da cidade e da área rural adjacente ao rio, chamada de “Beiradão”. A enchente jogou a população em um torvelinho onde a ação pública mostrou-se improvisada, ineficaz e tardia o mais das vezes. Porque resposta social ideal – solidária, cooperativa, estruturada ao longo do tempo pelas relações de vizinhança de conhecimento e de confiança – não se improvisa. Muitos habitantes ficaram sem casa, sem alimento e sem segurança em menos de 24 horas, como pode ser observado no seguinte relato:

‘O rio encheu muito cedo. Nós que somos aqui da região, estamos acostumados com a cheia, mas não desse jeito e também não muito cedo. Sempre quando alaga um pouco aqui é em março, enquanto dessa vez começou a alagar no início de fevereiro. Pelo que sabemos, o rio só começa a secar em abril. E se ele continuar subindo até lá? Como vamos ficar?’, perguntou João Batista de Souza, 58, nascido e criado no entorno de São Carlos. Barqueiro, ele teve sua casa invadida pela água de um dia para o outro. (GREENPEACE, 2015)

Sem casa, sem alimento e sem segurança se viram sem rumo enquanto enxotados pelas águas. Ameaçados, na saúde, no trabalho, na educação, no lazer, restara-lhes quase nada dos direitos sociais do artigo sexto da Constituição Federal. Conforme levantamento feito em Terra-caída e adjacências, área missionária da Arquidiocese de Porto Velho, quase 76 famílias mudaram-se para Cavalcante.

Comunidades formadas em áreas de risco têm estrutura social solidária definida. O coletivo pesa mais que o individual, pois são precários de recursos individuais. Acha-se o suplemento faltante numa complexa rede de favores e empréstimos pequenos, mas constantes. A integração se reforça ainda mais pelos limites de propriedade serem, praticamente, só os da moradia, pois não predomina uma definição de lote com moradia – fato que aumenta as áreas comuns ou sociais.

Apurado o material teórico, contextualizou-se o objeto da pesquisa. Esta pesquisa foi feita por resumo de assunto, descritiva, bibliográfica/documental. Mas é também de campo “porque a coleta de dados é efetuada ‘em campo’, onde ocorrem espontaneamente os fenômenos, uma vez que não há interferência dos pesquisadores sobre eles” (ANDRADE, 2005, p. 127). Dessa forma “a pesquisa bibliográfica é habilidade fundamental nos cursos de graduação, uma vez que constitui o primeiro passo para todas as atividades acadêmicas” (ANDRADE, 2005, p. 39). Trata-se de roteiro seguro para se encetar a empreitada de aprofundar o tema da enchente no rio madeira em 2013 e 2014, centrando o foco nos processos sociais dados sob este evento extremo.

Um dos motivos para aprofundar teoricamente o tema é o número de grupos de pesquisa relacionados ao tema, na Fundação Universidade Federal de Rondônia-UNIR: o grupo *Energia Renovável Sustentável, Estudos e Pesquisas de Espacialidades, de Estudos da Biodiversidade da Amazônia Sul Ocidental* e o *Acqua Viva-UNIR*. Este contém em si um programa de extensão que é o *Acqua Viva Rede UNIR – pelas águas de Rondônia* e sua filosofia de atuação é baseada em pressupostos da Teoria de Mobilização Social e da Pesquisa-Ação (INÊS et al, 2011, p. 3) cuja participação na Semana Nacional de Ciência e Tecnologia – SNCT demonstrou sintonia e acuidade ao destacar o tema: “Neste contexto, destaca-se o ano de 2011, com o tema “Mudanças Climáticas, Desastres Naturais e Prevenção de Riscos”, dando enfoque, entre outros, aos Eventos Extremos. (INÊZ et al, 2011, p.1001). O tema coincidiu em toda linha com o fato dado desta cheia do Madeira.

Serão pesquisados os dados constantes dos relatórios dos órgãos públicos envolvidos e das mídias locais e nacionais para compilar e resumir. Nesse sentido, nos embasamos também em Andrade, quando diz que:

o universo da pesquisa é constituído por todos os elementos de uma classe, ou toda a população. [...] Como é praticamente impossível estudar uma população inteira, ou todo o universo dos elementos, escolhe-se determinada quantidade dos elementos de uma classe para objeto de estudo. Os sujeitos de uma pesquisa, ou seja, os elementos que serão investigados compõem uma amostra da população ou do universo (ANDRADE, 2005, p. 144).

Setenta e seis famílias residentes na área de alagação do "Beiradão" formaram o universo da população a pesquisar e vinte pessoas dentre elas, residentes na área de alagação e adjacências, são a amostra da pesquisa. A

escolha da amostra será feita de modo a se diversificar os entrevistados ao máximo, objetivando amplitude qualitativa nos dados da pesquisa. O critério principal será o buscar diferença nos dados como idade, ocupação; e de buscar igualdade quanto ao tempo de residência em Porto Velho e de moradia na área que foi alagada.

A obtenção dos dados foi feita no levantamento, na Área Missionária, feito para servir aos fins de direito. Entrevistas individuais usando formulário padronizado com perguntas estruturadas conforme seu fim. A parte separada para trato dos dados refere-se às localidades citadas abaixo, no quadro demonstrativo. Daí fez-se a organização, apuração dos resultados, interpretação e análise. Sendo esta a parte crucial para que se produza um bom relatório, foi-lhe aplicado o máximo de tempo possível salvaguardando o tempo da redação final.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Processo Social é o concerto das diversas maneiras por meio das quais os indivíduos se relacionam nas interações sociais.

A história do conceito de processo social está intimamente ligada à história do aparecimento da sociologia como uma ciência autônoma. Small observou que 'todos os sociólogos desde Comte têm considerado, mais ou menos conscientemente, este conceito como sua principal premissa'. É opinião de Cooley que 'o primeiro requisito para a formação de um sociólogo é que ele aprenda a ver as coisas habitualmente neste sentido'. (LERNER, 1973, p.205).

Eles têm duas características – associação e dissociação –, especificam-se como: diretos ou indiretos, externos ou internos e como individuais ou coletivos. Porque ocorrem após o relacionamento individual, eles se dão além do indivíduo. Não constam de perspectiva anterior, explicando, assim, o fato comum da inconsciência humana sobre suas ações fazerem parte do todo processual contido na dinâmica dos grupamentos humanos de que tratamos.

Na dinâmica dos grupamentos humanos há uma diversidade de ações. Originadas nos indivíduos unem-se nos pontos comuns e formam os processos subjacentes na sociedade em movimento. Têm vida própria e se dão num espaço onde há agentes e cenário. Os agentes são os indivíduos e cenário são as instituições, a natureza bruta com a paisagem sobreposta a ela. Por sua dinâmica e extensão os processos, às vezes, tomam outro rumo. "Na evolução da sociedade,

cada um de seus componentes tem um papel diferente no movimento da totalidade, e o papel de cada um é diferente a cada momento” (SANTOS, 1988, p. 10).

O espaço, que costumamos pensar como o que se contém na nossa percepção, é mais. Esta simplória visão deixa de distinguir *paisagem* de *espaço*. “Paisagem e espaço não são sinônimos. A paisagem é o conjunto de formas que, em dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza. O espaço são essas formas mais a vida que as anima” (SANTOS, 2006, p. 66). Nesta conceituação cabe destacar o papel do ser humano na inserção que comete na sociedade. Porque, sua inserção representa uma apropriação de espaço que abala o equilíbrio existente no momento.

No Brasil a ocupação do espaço é como a desigualdade social do país. Em Porto Velho, nas cheias anuais, vemos fluxo e refluxo da ocupação na região alagadiça. Pessoas comerciam e moram na área. Vai-se e volta-se com as águas como se fosse impossível outro arranjo de vida, a conjuntura determinando o personagem e este sujeita-se anualmente a dois endereços, duas ocupações, duas conjunturas de vida. Nesta questão entre indivíduo e espaço compomos com Berger quando destaca o homem na sociedade em sua obra “A Perspectiva Sociológica” dizendo que:

[...] O que nos interessa no momento é a maneira como essa localização informa a um indivíduo aquilo que ele pode fazer e o que pode esperar da vida. Estar localizado na sociedade significa estar no ponto de interseção de forças sociais específicas. Geralmente quem ignora essas forças age com risco. A pessoa age em sociedade dentro de sistemas cuidadosamente definidos de poder e prestígio. E depois que aprende sua localização, passa também a saber que não pode fazer muita coisa para mudar a situação. (BERGER, 1978, p. 79)

4 AÇÃO ANTRÓPICA

Em termos gerais a ação antrópica em Rondônia sempre teve alto grau de contundência. Começou com o desmatamento “premiado”³ dos tempos em que era território e chegou às Usinas do Madeira tendo passado pelo garimpo de ouro, de cassiterita, de pedras preciosas.

³ Instaladas às margens de rodovias abertas na década de 1970, como a BR-163 (Cuiabá–Santarém) e a BR-319 (Manaus–Porto Velho), famílias atraídas por estímulos do Governo Militar para ocupação da Amazônia tinham o compromisso de “limpar” metade dos terrenos cedidos pela União. Somente com o desmatamento das áreas, os colonos, geralmente vindos do Sul do Brasil, recebiam os títulos definitivos das terras. (Revista Em Discussão – Ano 2 – Nº 9 – dezembro de 2011, p. 21)

Lembre-se aqui que o garimpo de ouro de aluvião no rio Madeira fora, até a construção das Usinas, a ação antrópica de maior impacto já acontecida. Foram operações iniciadas com garimpo manual, mas que, logo, deram lugar ao garimpo mecanizado das grandes dragas por causa da alta rentabilidade da exploração. A dragagem do rio para minerar ouro foi medida de várias formas exibindo números que impressionam ainda hoje:

[...] dois quilos de ouro em vinte e quatro horas; trinta toneladas de ouro em seis meses no ano de 1989 – com o uso concomitante de noventa toneladas de mercúrio; população mobilizada sobre flutuantes no rio Madeira estimada em trinta mil pessoas no trecho compreendido entre Porto Velho e Abunã – mais de seis mil dragas e balsas com média de cinco ocupantes por unidade [...].⁴

O impacto da atividade garimpeira da busca do ouro no Madeira é registro histórico. Também registrado, mas em segundo plano, ficaram o prejuízo da atividade pesqueira, a insegurança alimentar humana. Porém pouco se falou quanto ao rio - desestruturação dos barrancos, modificações da calha, alterações do direcionamento da correnteza e da formação do remanso. A pouca relevância devia-se ao fato desta garimpagem ser atividade instável, pois derivando da vontade de enriquecer no curto prazo era sujeita a muitos fatores. Contudo converteu-se em problema social pela população que agregou. Os duzentos e cinquenta quilômetros de Porto Velho a Abunã chegou a contar cerca de seis mil dragas e balsas – mais ou menos trinta e seis mil homens e mulheres. Matéria veiculada pelo programa Globo Repórter da Rede Globo de Televisão que, em 1989, mencionou esse dado.

Mesmo essa marca, a construção das usinas superou-a em tudo. Elas são um referencial sólido, definitivo, enorme, inamovível, irretratável e de consequência inestimada porque, desde os estudos preliminares são apontadas falhas e omissões em seu EIA/Rima⁵.

⁴ Arquivo de vídeo do Programa Globo Repórter da Rede Globo de Televisão do ano de 1989. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=UpB8Q1Y35AI>

⁵ EIA/RIMA. É um dos instrumentos da política Nacional do Meio Ambiente e foi instituído pela RESOLUÇÃO CONAMA N.º 001/86, de 23/01/1986. Atividades utilizadoras de Recursos Ambientais consideradas de significativo potencial de degradação ou poluição dependerão do Estudo Prévio de Impacto Ambiental (EIA) e respectivo Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) para seu licenciamento ambiental. (<http://www.fepam.rs.gov.br/central/pdfs/eiarimainstabril2002.pdf>)

As falhas são denunciadas pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (IBAMA), GREENPEACE, Comissão Pastoral da Terra (CPT-RO); por técnicos e pesquisadores de renome como Luís F. Novoa Garzon⁶, Dr. Sultan Alam⁷, Jorge Molina⁸ e Telma Monteiro⁹. Destacamos este trecho do Parecer Técnico N° 014/2007, do IBAMA, de 21 de março de 2007, referente controverso assunto da área considerada para análise dos impactos:

A bacia hidrográfica considerada na análise apenas trata do território nacional e não a bacia hidrográfica como um todo. A área de influência não se caracteriza tão somente sobre o efeito do projeto sobre a bacia, mas e, principalmente da bacia sobre o empreendimento. (TUCCI apud IBAMA, 2007, p. 30).

A construção das Usinas do Madeira derivou de soberana decisão federal com vistas a aumento da produção nacional de energia elétrica. Sem duvidar da intenção reta do governo é notório que a necessidade da obra o fez menosprezar alertas sobre riscos para a população, para o ambiente e para o empreendimento que se tornaria inaproveitável em curto prazo como se vê abaixo.

O Estudo e o Relatório de Impacto Ambiental (EIA/Rima) foram realizados para as hidrelétricas do rio Madeira, mas esses documentos subestimam os efeitos dos dois empreendimentos – não só os ambientais, mas também os sociais. Os problemas começaram já na definição da área estudada. (MORET & FERREIRA, 2009, p. 49).

Embora se sabe que os ritmos dinâmicos dos sistemas sofrem intervenções e alterações antropogênicas em determinados componentes, os quais, com as alterações nos inputs, desencadeiam impactos. Ao mesmo tempo, a natureza procura reestabelecer o equilíbrio entre os componentes. Dependendo do grau ou da intensidade das modificações no meio natural, os desequilíbrios são inevitáveis. Na busca de restabelecer sua dinâmica habitual. As respostas que o meio nos dá é através de modificações na dinâmica climática ou geomorfogênese até atingir um novo equilíbrio e, às vezes, não desejáveis. (BORSATO & SOUZA FILHO, 2004, p. 213).

A atitude complacente para o grau de alerta destes estudos prévios, definidores de segurança e viabilidade do empreendimento, ignorou os alertas contidos no Parecer Técnico N° 014/2007 do IBAMA:

⁶ Graduado em Ciências Sociais, cursou Mestrado em Ciências Políticas na UNICAMP. Atualmente é Professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Rondônia (UNIR) e está se doutorando no IPPUR.

⁷ Especialista em sedimentos e maior consultor do mundo na área de hidrossedimentologia que acompanha o empreendimento das Usinas do Madeira desde o início de sua implantação.

⁸ Pesquisador do Instituto de Hidráulica e Hidrología – IHH da Universidad Mayor de San Andrés UMSA.

⁹ Ativista ambiental, pesquisadora, especializada em análises de processos de licenciamento ambiental de hidrelétricas na Amazônia.

o assoreamento dos reservatórios está diretamente relacionado com o comportamento das áreas de montante não diagnosticadas no EIA; as áreas de abrangência da inundação, com a formação dos reservatórios, não levaram em consideração os efeitos de remanso; agravando os efeitos de remanso, o assoreamento causará sobrelevações nos níveis d'água, que também não foi considerado na identificação dos impactos. Assim, as áreas inundadas poderão ser significativamente maiores, podendo ser o dobro ou mais do que as áreas identificadas e diagnosticadas no Estudo de Impacto Ambiental, causando forte repercussão em todas as análises dos meios socioeconômico, físico e biótico; não existe qualquer confiabilidade que a totalidade dos sedimentos será conduzida através do reservatório e de que não ocorrerão variações significativas de vazões sólidas, em relação às condições naturais; a operação dos vertedouros poderá agravar a alteração da dinâmica sedimentológica do Rio Madeira, com grande potencial de causar impactos de todas as magnitudes a jusante, os quais não foram identificados [...] (BRASIL, 2007, p. 212).

A despeito disso os alertas foram desconsiderados e a obra levada a efeito. As usinas funcionam desde 2011 e o bônus representado para o município de Porto Velho não está ainda definido. Contudo, é visível e palpável o ônus decorrente sobre o município de Porto Velho, a montante e a jusante da barragem, sobre as comunidades ribeirinhas.

As referências acima informam a ambiência, os processos sociais e as forças que os animaram. Elas formaram um cenário armado sobre um palco. Lembremos que “cenário” é o que se deseja que o público veja e, palco, é a estrutura subjacente tomada para sustentá-lo. Porém, o gestor público – o diretor nesta metáfora – desconsiderou que o palco era a ambiência amazônica; que ações antrópicas trazem consequências certas em prazos incertos; que o aquecimento global atua; que elevadas precipitações eram previstas para 2010: – “Estudos sobre o clima no futuro indicam que, por volta de 2010, haverá aumento da precipitação no sul do Brasil, assim como no oeste da Amazônia e na região litorânea entre o Amapá e o Ceará”. (MARENCO, 2008, p. 05)

5 EFEITOS CONCRETOS

Somos cientes de que a melhor maneira de verificar os processos sociais é a pesquisa direta. Porém, o limitado montante de recursos disponíveis, limitou-nos à pesquisa bibliográfica e documental. Contudo, no curso da procura, tivemos inesperada disponibilização de material. Um colega trabalhara um levantamento na Área Missionária da Arquidiocese de Porto Velho, após a enchente, para basear ações indenizatórias. O material disponibilizado permitiu-nos leitura, identificação de

elementos que, após tabulação, geraram esta tabela elencando famílias, localidade, habitantes, destino da migração para os que tiveram de deixar seu lugar.

TABELA 01

Demonstrativo da ocorrência de enchente no baixo madeira, em 2013 e 2014

FAMÍLIAS / LOCALIDADE	LOCALIDADE	TOTAL DE FAMÍLIAS	HABITANTES	PARA ONDE MIGROU
1	Com. Rio Azul			
14	Curicacas			
1	Curicacas / Guarani			
1	Itapirema			
1	Lote 8 - Curicacas	51	162	Cavalcante
1	Nazaré			
2	São Carlos			
29	Terra-caída			
1	Terra-caída (S-34)			
9	São Carlos	9	31	São Carlos
1	Liberdade			
1	São Carlos	2	3	P. Velho
1	Primor (São Carlos)			
1	Primor (São Carlos)	2	2	Primor (São Carlos)
1	Terra-caída			
1	Terra-caída	2	3	Terra-caída
1	Prosperidade	1	3	Prosperidade
1	Papagaio	1	5	Papagaio
1	Papagaio	1	7	Calama
1	Com. Esquerdo	1	1	Com. do Esquerdo
1	Igarapé Tucunaré	1	3	Com. do Esquerdo
1	Terra-caída	1	4	Estr. São Carlos
1	Guaraní	1	1	Guaraní
1	Itapirema	1	2	Itapirema
1	Com. Do Azul	1	2	Lago do Tucunaré
1	Nazaré	1	1	Nazaré
76		76	230	

FONTE: Silveira (2015) – adaptado de Arquidiocese de Porto Velho – Área Missionária do Baixo Madeira/2014.

A partir do quadro, é possível imaginar o cenário de área ribeirinha longe da sede municipal, sendo tomada pelo avanço veloz da água por sobre casas, animais, plantações, benfeitorias; imaginar 230 pessoas das 76 famílias partindo às pressas e sem plano algum em migração forçada. Processo de mudança que poucos cidadãos urbanos concebem porque, no urbano, mudar-se é comum; a proximidade da vizinhança sugere companhia – se mistura o afligido pela tragédia e o isento dela no mesmo plano. No rural, não. Lá, a distância do vizinho é outra mudar-se desenraiza a família. Lá teve deslocamento, realocação a “toque de caixa”

de um lugar de perigo para um lugar a salvo que não se sabia qual. No urbano são meras trocas para um lugar “mais alto” onde, por vezes, o “lá” se avista de cá.

Nessa diferença situacional entre o urbano e o “Beiradão” é onde lançamos as luzes da sociologia para ver a gênese natural dos processos sociais em manifestação espontânea, para perceber o valor de conhecê-los continuamente. Porque somente bem munido da ciência adquirida se pode bem acompanhá-los hoje. Porque a incumbência-mor da sociologia, deriva da condição perscrutadora que possui – fazer a observação dos grupos de indivíduos em movimento no tempo e no espaço, a fim de poder dar-lhes uma opção de segurança derivada de seu próprio passado em seus passos futuros.

Na observação, primeiro nota-se o amálgama familiar. Depois, a inexistência de conflitos – não há registro no levantamento. Por fim, deduz-se a assimilação e a acomodação que são fatores de mitigação das aflições sociais.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de individuação do ser humano se desenvolve num esforço egocêntrico. Depois de se definir é que ele busca as relações sociais. Renomados estudiosos dão a competição como disposição natural humana. Hobbes diz que o estado “natural” do homem é um estado de “guerra de todos contra todos”. No Leviatã ele fala de competição, desconfiança e glória.

Influenciado por Hobbes, Kant desenvolve também essa reflexão segundo a qual a história humana seria guiada por uma intenção da Natureza. O vetor do desenvolvimento humano resultaria de uma luta entre tendências opostas. A situação vivenciada pela população poderia gerar processos sociais dissociativos, mas, ao invés, gerou amálgama interno e derivou em socialização associativa. Assim concluímos que vigeram valores cooperativos formadores da autonomia social segura com que se facejaram os desafios sem ajuda estatal oportuna.

O desafio da enchente de 2013 e 2014 acelerou o processo interativo. Mas como a enchente se deu de modo súbito, constrangedor, só pôde haver espontaneidade nas reações visando salvaguardar a vida. A cooperação foi por assimilação imediata seguida de acomodação. Infere-se daí que os protagonistas

deste drama tiraram de si um recurso não hobbesiano. E, se da mudança brusca surge cooperação, admitimos que competição como base comportamental humana esteja falindo. Porque isto racha, trinca este marco capitalista incrustado na vida brasileira desde a academia ao balcão-de-bar no mote “levar vantagem em tudo”.

Por essas razões, esperando que o episódio da enchente ultrapasse o registro das atas é que vem a esperança que o futuro registre melhor abordagem nas conjunturas formadas por eventos extremos. Registre, por exemplo, prioridade do ser humano a fim de que a sociedade registre mudanças de paradigma, evolua e leve a vida social a um patamar mais excelente. Porque a evolução segura passa, obrigatoriamente, pela observação e pela análise antes das ações.

Assim o fazemos convencidos da excelência do método “ver-julgar-agir” no exercício social, institucional, cristão católico, das pastorais desta Igreja. Este método idealizado por Joseph Cardijn, sugerido a João XXIII e reconhecido formalmente por este Papa na encíclica *Mater et Magistra*, diz que *para levar a realizações concretas os princípios e as diretrizes sociais, passa-se ordinariamente por três fases – ver, julgar e agir*. Conjuga-se a ação observadora (*estudo da situação*), com a ação avaliadora (*apreciação da mesma à luz desses princípios e diretrizes*) para embasar a ação reformadora (*levar a realizações concretas*). No Brasil esta metodologia achou na pessoa de D. Hélder Câmara o mais entusiasta de seus adeptos e, nós reconhecemos, que sejam as Ciências Sociais o espaço mais adequado para sua utilização científica, o conjunto de meios melhormente dispostos para servir de escopo aos fins da sociologia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, M. M. **Introdução à Metodologia do Trabalho Científico**. 7^a. ed. São Paulo: ATLAS, 2005.

ARAÚJO, A. P. & ROCHA, P. C. **Regime de Fluxo e Alterações Hidrológicas no Rio Tibagi-Bacia do Rio Paranapanema / Alto Paraná**. Revista de Geografia. Recife. UFPE–DCG/NAPA, v. especial VIII SINAGEO, n.3, Set. 2010. Disponível em: <<http://www.revista.ufpe.br/revistageografia/index.php/revista/article/viewFile/387/265>> Acesso em 01.08.2014

BERGER, P. L. **Perspectivas Sociológicas – uma visão humanística**; tradução de Donaldson M. Garschagen. 4^a. ed. Petrópolis: Vozes, 1976

BORSATO, V. A.; SOUZA FILHO, E. E. **Ação antrópica, alterações nos geossistemas, variabilidade climática: contribuição ao problema.** Revista Formação Vol. 2, Nº 11 (2004).

Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/issue/view/93>>
Acesso em 01.08.2014

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA. **Parecer Técnico Nº 014/2007 – COHID/CGENE/DILIC/IBAMA**, 2007, p.212.

CARVALHO, Prof. D. F.; MELLO, J. L. P.; SILVA, L. D. B. da **Hidrologia – Apostila de Irrigação e Drenagem, Maio / 2007.** Instituto de Tecnologia, Universidade Federal Rural do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em:

<<http://www.ufrrj.br/institutos/it/deng/jorge/downloads/APOSTILA/LICA%20Parte%201.pdf>> Acesso em 01.08.2014

GREENPEACE. **Cheia do Madeira o que diz a população.** Disponível em <<http://www.greenpeace.org/brasil/pt/Noticias/Cheia-do-Madeira-o-que-diz-a-populacao/>> em terça-feira, Acesso em: 14 de julho de 2015

INÊZ, C. S.; ZUFFO, C. E.; AGUIAR, B. S.; LOBO, Karime. **Eventos Extremos e Impactos Hidrometeorológicos.** Acqua Viva Rede Unir e Parceiros em Rondônia, Durante a SNCT/2011 – Mudanças Climáticas, Desastres Naturais e Prevenção de Riscos. Disponível em: <<http://www.revistageonorte.ufam.edu.br/attachments/013>>
Acesso em 28.07.2014

LERNER, M. Processo social. In: **Homem e sociedade – leituras básicas de sociologia geral.** 8ª. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1973

MARENGO, J. A.; SCHAEFFER, R.; PINTO, H. S.; ZEE, D. M. W. **Mudanças Climáticas, Condições Meteorológicas Extremas e Eventos Climáticos No Brasil** – FBDS Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável. Publicado em 2009. Disponível em:

<http://www.fbds.org.br/cop15/FBDS_MudancasClimaticas.pdf.> Acesso em 29.07.2014

MORET, A. de S. & FERREIRA, I. A. **As hidrelétricas do rio Madeira e os impactos socioambientais da eletrificação no Brasil.** Ciência Hoje. vol. 45. nº 265. Novembro de 2009. Disponível em:<http://cienciahoje.uol.com.br/revista-ch/revista-ch-2009/265/pdf_aberto/riomadeira265.pdf> Acesso em 04.08.2014

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado**, Fundamentos teórico e metodológico da geografia. Hucitec. São Paulo 1988

TUCCI, C. E. M. **Análise dos estudos ambientais dos empreendimentos do Rio Madeira.** Ministério do Meioambiente. Ibama – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente. Disponível em:

<http://philip.inpa.gov.br/publ_livres/Dossie/Mad/Documentos%20Oficiais/Alf%20Sult an%20report/sultan_relatorio_tucci.pdf>